

A Congregação da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, reunida em 22 de outubro de 2026, produziu a seguinte manifestação a respeito do Edital de Apoio à Conservação, Preservação e Salvaguarda dos Acervos das Bibliotecas da USP.

Há vários anos, o Sistema Integrado de Bibliotecas da USP, atualmente denominado Agência de Bibliotecas e Coleções Digitais (ABCD), mantém uma verba sistêmica destinada ao Programa de Preservação e Conservação de Materiais Bibliográficos, por meio da qual são destinados, anualmente, recursos às bibliotecas da Universidade. A distribuição desses recursos considera indicadores relacionados às características e à dimensão de cada unidade, tais como o tamanho do acervo, a circulação e outros parâmetros que permitem dimensionar a realidade e as necessidades das faculdades e institutos nos quais os acervos estão alocados. Trata-se, portanto, de uma política sistêmica construída ao longo dos anos, que reconhece a responsabilidade da Universidade na preservação de seu patrimônio bibliográfico e documental.

Nesse contexto, causa-nos preocupação a recente publicação do mencionado edital, com investimento global de R\$ 1.800.000,00. Reconhecemos a ampliação do investimento global, no entanto, entendemos que a transformação de uma política sistêmica e contínua em um modelo de edital baseado na apresentação de projetos e na competição por recursos representa um retrocesso na política institucional de preservação do patrimônio bibliográfico da USP. Essa mudança desconsidera uma trajetória construída ao longo de anos para assegurar às bibliotecas recursos mínimos e regulares para ações essenciais de preservação. Ao transformar esses recursos em objeto de disputa, introduz-se uma lógica de competitividade e mérito em uma área que deveria ser tratada como responsabilidade institucional permanente da Universidade.

Os acontecimentos recentes envolvendo a Biblioteca da Faculdade de Educação reforçam, de maneira contundente, a necessidade de uma política institucional ainda mais robusta para a preservação e a salvaguarda dos acervos da USP. É justamente diante de situações de risco que a Universidade deve fortalecer seus mecanismos permanentes de proteção do patrimônio, e não substituir ou enfraquecer instrumentos sistêmicos já consolidados.

A mudança também produz impacto significativo sobre unidades que possuem acervos de grande dimensão e relevância patrimonial. No caso da FFLCH, por exemplo, os recursos anteriormente recebidos por meio da política sistêmica de preservação situavam-se em torno de R\$ 50.000,00 anuais, dependendo do montante destinado pela Reitoria à ABCD. Com o novo modelo, a unidade

passará a disputar recursos de um edital, podendo receber aproximadamente R\$ 30.000,00, caso sua proposta seja aprovada. Não se trata, portanto, apenas de uma alteração no mecanismo de distribuição dos recursos. Trata-se de uma mudança na própria concepção de política pública institucional para a preservação dos acervos da Universidade.

A congregação considera que o modelo adotado deve ser revisto, garantindo a manutenção de recursos sistêmicos e regulares para as ações essenciais de preservação e conservação dos acervos, sem prejuízo da criação de editais específicos para projetos extraordinários.

A USP possui um patrimônio bibliográfico, documental e cultural de dimensão e relevância incomparáveis. Preservá-lo não pode ser objeto de competição, mas uma responsabilidade compartilhada de toda a Universidade.